

OS ESTUDOS SOBRE MULHERES NOS PERIÓDICOS FLUMINENSES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NOS ANOS DE 2007-2019¹

Cintia Cristina Lisboa da Silva

Mestranda em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR²
cintia.slisboa@gmail.com

Erika Vanessa Moreira

Docente dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes-RJ³
erikamoreira@id.uff.br

RESUMO: Este texto tem como objetivo analisar as contribuições dos estudos feministas na geografia fluminense ao longo de doze anos (2007-2019), buscando entender a inserção do debate sobre gênero, mais especificamente o debate sobre as feminilidades, que são os estudos sobre as mulheres na produção científica geográfica. Foram considerados 853 artigos publicados em periódicos online vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Rio de Janeiro. Destes, apenas 15 artigos perpassaram por discussões de gênero e sexualidades, todavia, somente 3 possuíam uma preocupação centralizada na mulher. Para que fosse possível compreender as construções das abordagens feministas nos periódicos fluminenses fez-se uma análise de conteúdo em busca das epistemologias, teorias, conceitos e métodos adotados. Constatou-se que o fazer geográfico reunido em torno das questões de feminilidade precisa de mais divulgação, pois no momento há uma secundarização na geografia.

Palavras-chave: Geografia e Gênero; Geografia Feminista; Mulheres; Periódicos.

STUDIES ON WOMEN IN RIO DE JANEIRO'S POSTGRADUATE JOURNALS IN GEOGRAPHY BETWEEN 2007-2019

ABSTRACT: This text aims to analyze the contributions of feminist studies in the geography of Rio de Janeiro, Brazil, over twelve years (2007-2019), in an attempt to understand the insertion of the debate on gender, more specifically related to femininities, which are studies on women, in geographic scientific production. 853 articles published in online journals linked to the Graduate Programs in Geography in Rio de Janeiro were considered. Of these, only 15 articles had discussed gender and sexuality, however, only 3 had their discussions centred on women. In order to make it possible to understand the constructions of feminist approaches in the periodicals of Rio de Janeiro, a content analysis was carried out in the search of the epistemologies, theories, concepts and methods adopted. It appears that the geographic work gathered around the issues of femininity needs to be more disclosed, because at the moment there is a secondary nature in geography.

Keywords: Geography and Gender; Feminist Geography; Women; Periodicals.

LOS ESTUDIOS SOBRE MUJERES EN LAS REVISTAS FLUMINENSES DE POSGRADO EN GEOGRAFÍA ENTRE LOS AÑOS 2007-2019

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo analizar los aportes de los estudios feministas en la geografía de Río de Janeiro, a lo largo de doce años (2007-2019), en un intento de comprender la inserción del debate sobre género, más específicamente vinculado a las feminidades, que son estudios sobre mujeres, en la producción científica geográfica. Se consideraron 853 artículos publicados en revistas en línea vinculadas a los Programas de Posgrado en Geografía de Río de Janeiro. De estos, solo 15 artículos pasaron por discusiones sobre género y sexualidad, sin embargo, solo 3 tenían una preocupación centrada en las mujeres. Con el fin de posibilitar la comprensión de las construcciones de los enfoques feministas en las revistas Fluminense, se realizó un análisis de contenido en busca de las epistemologías, teorías, conceptos y métodos adoptados. Parece que el trabajo geográfico recogido en torno a los temas de la feminidad necesita más difusión, porque en este momento hay un carácter secundario en la geografía.

Palabras-clave: Geografía y Género; Geografía feminista; Mujeres; Revistas.

¹ Este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso, para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, pela Universidade Federal Fluminense, no ano de 2019.

² Endereço para correspondência: UEPG - Campus Uvaranas - Avenida Carlos Cavalcanti, 4748, CEP: 84.030-900, Ponta Grossa-PR

³ Endereço para correspondência: UFF Campos - Rua José do Patrocínio, nº 71, Centro, CEP: 28010-385, Campos dos Goytacazes-RJ.

INTRODUÇÃO

Entendendo a necessidade de haver mais divulgação de referências femininas na geografia, seja nas ementas apresentadas nos cursos de graduação e pós-graduação, ou relacionadas à crítica da tradição epistemológica que há na geografia hegemônica androcêntrica, surge a proposta deste artigo.

Trata-se de um trabalho sobre a ausência de mulheres reconhecidas e legitimadas enquanto produtoras de conhecimento⁴. A geografia, enquanto uma ciência moderna, tem permitido ausências e silenciamentos de questões consideradas “não adequadas” nas análises geográficas, a exemplo, estudos mais subjetivos e inclusivos, relacionados com os estudos das diversidades que, de modo geral, abarcam reflexões raciais, étnicas, feministas, sobre maternidade, sexualidades, corpo, geração etc.

Alguns exemplos de ausências e silenciamentos podem ser observados quando das produções e divulgações científicas de mulheres, de pessoas não brancas, de pessoas que fogem à regra binária e heterocisnormativa, de pessoas com deficiência⁵, entre outras. Contudo, este artigo apresenta uma discussão de gênero atrelado apenas ao termo mulher (estudos de feminilidades), tendo em vista que estudos de gênero podem ser mais amplos incluindo questões sobre masculinidades, sexualidades etc.

Por meio de uma sistematização e análise de como as mulheres cis foram abordadas nos periódicos da geografia fluminense no período entre os anos 2007-2019, o objetivo central deste trabalho é compreender a forma como o debate de gênero, visto por meio da análise sobre mulheres, vem sendo travado a nível estadual, considerando o Rio de Janeiro.

O trabalho se justifica pela importância do avanço das pesquisas feministas na geografia, conhecida como as “geografias feministas”, que buscam romper com uma hegemonia androcêntrica na produção científica. Ressalta-se que a palavra feminista no plural indica que o campo temático é mais complexo do que o universalismo do “ser mulher”, apontando críticas iniciais ao feminismo branco, à ausência da discussão de sexualidade no movimento feminista e a outras pautas que geram identidades complexas.

Além desta introdução, a estrutura do artigo é dividida em outras quatro partes. A primeira seção trata de um breve contexto sobre o início do conceito de gênero nas análises geográficas. Na segunda seção há uma explanação inicial sobre o avanço dos estudos feministas na geografia brasileira. Na terceira seção, sobre a geografia fluminense e as pós-graduações existentes. Na quarta seção é apresentada a análise de conteúdo realizada nos artigos encontrados sobre mulheres na geografia fluminense. E no final constam as considerações e as referências bibliográficas.

A INSERÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO NAS ANÁLISES GEOGRÁFICAS

Iniciar a narrativa sobre a inclusão do conceito de gênero na geografia perpassa, inicialmente, pelo entendimento do conflito epistemológico que já existia e que se intensificou não apenas pela incorporação do gênero nas análises geográficas, mas por todo o

⁴ É falando em reconhecer e legitimar mulheres na ciência que gostaríamos de tornar público os agradecimentos a duas queridas geógrafas que muito contribuíram com este trabalho. A geógrafa feminista Larissa Araújo Coutinho de Paula, que contribuiu fazendo uma pré análise deste trabalho, assim como a geógrafa Bárbara Fontes, que contribuiu com a metodologia deste trabalho ao produzir os mapas aqui apresentados. Muito grata as duas.

⁵ Escolhemos utilizar a denominação ‘pessoas com deficiência’, tendo em vista que esta expressão foi alvo de debate pelos grupos sociais e, durante a Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, ficou decidida que a denominação correta seria esta. Informação disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do-termo-e-dos-conceitos-aplicados/>. Acesso em: 20 set. 2020.

pensamento plural que se estendia às ciências da humanidade na segunda metade do século XX, a exemplo dos estudos raciais, de sexualidade e de interseccionalidade.

Silva (2003) ilustra que o pensamento científico se dá por construções sociais que permeiam o pensamento de quem o produz. Desta forma as pessoas que produzem ciência são localizadas, situadas temporalmente e corporeificadas, estando atreladas aos recursos disponíveis naquele espaço e tempo.

É a geografia cultural que, de forma pioneira, busca uma ruptura com análises estritamente “supra-orgânicas” e estruturais, vistas por meio do discurso hegemônico da geografia, passando a enxergar a potência de um diálogo interdisciplinar, necessitando também de novas concepções metodológicas, teóricas e epistemológicas, conforme Silva (2003). É nesse momento que os estudos de gênero são inseridos na geografia, sobretudo na europeia e na norte-americana.

Vale ressaltar que essa ideia da interdisciplinaridade metodológica, tendo em vista que o conceito de gênero é buscado em outras ciências, não é uma forma débil de se produzir ciência como algumas produções científicas indicam, em que a interdisciplinaridade metodológica seria uma ausência do rigor científico. Autoras como Karnsten; Meertens (1991-1992), ao fazerem um trabalho interdisciplinar sobre as visibilidades, identidades e relações de poder que se envolvem nas temáticas de gênero e de geografia apontam que:

Pluriformidad no siempre remite al débil desarrollo de una disciplina, sino al contrario: al alcance de un nivel de madurez. La etapa pionera de 10s estudios de la mujer en geografía se caracterizó por la búsqueda de una identidad propia y, por consiguiente, se establecieron requerimientos conceptuales y metodológicos precisos para la práctica investigadora (KARNSTEN; MEERTENS, 1991-1992, p.182-183).

Segundo Perozim (2006), gênero pode ser entendido como uma corrente que defende que “características são construídas a partir do modo como cada sociedade interpreta o sexo” (PEROZIM, 2006, p. 48). Tal pensamento decorre da naturalização social de que as diferenças são vistas como “biológicas”, em que até esse pensamento do que é natural não deixa de ser reproduções imaginárias e discursivas passadas historicamente, assim como as atribuições imaginadas pautadas nas diferenças de gênero.

Scott (2012) apresenta o conceito de gênero como um conflito epistêmico de intenso debate político, pois o seu uso deve ser sempre para revelar contradições e instabilidades na realidade social. Todavia, no senso comum a autora indica que o termo é tido como o contrário do que deveria ser, apresentando-o como papéis criados por convenções sociais com o objetivo de padronização e controle de todas e todos.

Tendo como grande escola de referência a escola inglesa da geografia (mas não única fonte, sobretudo por geógrafas/os brasileiras/os) para a incorporação de gênero às análises geográficas, o que muito se pontuava/pontua é a escala do indivíduo: a sua noção de diferença e padrão que irá repercutir no consumo e na produção do espaço, ou seja, levar em conta fatores individuais faz toda a diferença nas análises espaciais, que até então pouco estimulavam trabalhos nesta perspectiva.

Consoante com Ornat (2008) “a tradição da discussão envolvendo a relação entre espaço, gênero e sexualidade, enquanto um corpo de reflexão remonta à década de 1970 (...) um subcampo da geografia tem se afirmado, denominado “Geografia Feminista” (ORNAT, 2008, p. 314). Desde então vem aumentando, mesmo que paulatinamente, o número de abordagens surgidas com o uso de gênero como análise geográfica, porém, Ornat (2008) aponta que essa união teórica “vem sendo realizada com muita discussão e tensão” (2008, p.315), isso se dá por uma interferência da estrutura patriarcal, que no campo das ciências também se incorporou ao discurso e fez firmar uma visão com cegueira de gênero, conforme Monk e Hanson (2016).

Pellucio (2010) defende que é necessário que a geografia tome ação contra uma dívida histórica, a reprodução de uma ciência androcêntrica⁶. Segundo a autora:

O androcentrismo, ou seja, a visão masculina é tida como correta, ideal, e a feminina é considerada inferior ou sem valor perante a sociedade. Essa metade da humanidade (homens) detém a força (exército, polícia), domina os meios de comunicação de massas, está a frente do poder legislativo, governa a sociedade, lidera a ciência e a técnica (PELLUCIO, 2010, p. 44).

Com uma ciência que vem sendo produzida historicamente por homens, a sua visão passada representa apenas uma parte da sociedade, uma parte que dentro das relações de poder se coloca estruturalmente acima das mulheres e de qualquer outra opção de sexualidade que saia das normas da heterocisnormatividade. Pellucio (2010) é enfática ao defender que “diante dos elementos apresentados é importante que a ciência geográfica, por meio de estudos relacionados às questões de gênero, sane esta dívida, já que a mulher produz ciência geográfica, assim como o homem, à medida em que deve ser contemplada com estudos dentro desta ciência” (PELLUCIO, 2010, p.29).

Em “Geografias feministas de diversas latitudes”, de Ibarra-García; Escamilla-Herrera (2016), há uma proposta que se anuncia com a valorização das diferentes latitudes das autoras e que representa o seu local de fala, o qual atrelado às experiências espaciais ao seu entorno se tornam únicas, já que sempre que se fala ou se produz conhecimento isso é feito a partir de determinado lugar. Por isso, é necessário a geografia considerar, em suas análises espaciais, as dimensões interseccionais como exemplo possível através dos estudos de gênero na perspectiva decolonial.

Já é reconhecido e legitimado dentro da geografia feminista que o seu nascimento se deu na escola anglo-saxã, com influência de uma leitura eurocêntrica. Todavia, é crucial a produção de uma geografia feminista que busque ser mais inclusiva globalmente, reconhecendo os êxitos surgidos, nos países ditos de “terceiro mundo”, na produção teórica científica de uma geografia duplamente marginalizada (enquanto feita por mulheres e por pesquisadoras latino americanas e caribenhas).

Ressalta-se novamente que por mais que já seja relativamente expressiva a presença física de geógrafas latino americanas, e em especial brasileiras, isso não é o suficiente para modificar “a estrutura de poder que mantém a metade da humanidade fora do interesse científico da Geografia brasileira” (SILVA et al 2009, p.46), o que remete às dificuldades enfrentadas ao manifestar-se contra conceitos, teorias e métodos já consagrados e de forte teor androcêntrico (SILVA et al 2009).

Silva; Cesar; Pinto (2015) apontam que, a nível nacional, as publicações de artigos, o número de cargos ocupados por homens como professores de universidades públicas e o número de bolsas “mais qualificadas” (como de doutorado, pós-doutorado e de produtividade em pesquisa) são majoritariamente masculinas. Tais dados reafirmam o quanto a geografia é androcêntrica, e dessa forma a perspectiva masculina é a que sobressai em suas análises.

O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS FEMINISTAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Silva (1998), ao escrever um artigo sobre a Geografia Feminista, afirma que as produções que seguem essa teoria apresentam um enfoque que causa incômodo na academia por representarem mudanças na estrutura acadêmica: “assim, a geografia feminista causa esse medo na academia” (SILVA, 1998, p.106).

⁶ Entende-se androcentrismo como a forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos, e, tidas como norma universal. Resumir humanidade ao “homem” é um exemplo de tal comportamento clássico no desenvolvimento das ciências (JUVÊNCIO, 2013).

Monk; García-Ramon (1987), ao fazerem uma análise sobre a perspectiva internacional da geografia feminista em países situados na Europa, América do Sul, Central e do Norte, apontam reflexões em comum ao examinarem sistemas políticos, econômicos ou culturais, além de tratarem das experiências e visões de mundo das mulheres com recortes de análise recorrente sobre: esferas da vida na produção econômica (associada ao espaço público) e a reprodução social (associada ao espaço privado), reflexões que até então não tinham muito cunho interseccional.

García-Ramon (1985), ao fazer reflexões sobre a geografia produzida em 15 anos pela língua inglesa e o gênero, aponta que, conforme mais altas ficavam as categorias profissionais, mais baixo era o nível de participação de geógrafas, o que indica “unas relaciones de poder muy desequilibradas en la comunidad científica geográfica, al igual que sucede en muchas otras” (GARCÍA-RAMON, 1985, p. 141).

Com influência de âmbito interseccional, autoras como Monk e Hanson (1989) sinalizam que a geografia feminista “podría contribuir al cambio social en favor de las mujeres y también enriquecería a la disciplina en su conjunto sino que también señalan con claridad que las mujeres no constituyen un grupo homogéneo” (MONK; HANSON, 1989, p. 47-48). Questões estas que já nos últimos anos do século passado indicavam para a guinada interseccional que os estudos de gênero, e entre eles o estudo feminista, passariam a ter no século XXI.

Autoras como Louzada (2016) e García-Ramon (1985) são exemplos da transformação que a geografia feminista representa para as estruturas, mesmo que em épocas diferentes, chegando a cumprir o papel de uma ciência militante na academia. Segundo Louzada:

Pensar um projeto feminista de ciência significa pensar a partir de um modo feminista de conhecimento, levando gênero em conta e a sério e partindo de narrativas em que o protagonismo seja feminino, em oposto à razão hegemônica científica – pressuposta e construída pelos olhares do homem branco civilizado (LOUZADA, 2016, p. 16).

A autora indica que as crises político-econômicas são marcos de referências para se entender a participação ou a ausência da mulher enquanto sujeita ou objeto de análise do debate, em que “está claro que en periodos de crisis como el que vivimos las perspectivas de avanzar en la consecución de logros concretos hacia una mayor igualdad entre géneros se ven muy amenazadas, tal como demuestra la experiencia de los países de capitalismo avanzado” (GARCÍA-RAMON, 1985, p. 142).

Silva (2000), ao fazer uma pesquisa ampla sobre o aceite dos estudos feministas nas ciências humanas no Brasil, aborda que tais estudos acompanham o ritmo dos movimentos feministas no país, ou seja, o conhecimento científico é permeado de relações de poder e reflexo do contexto histórico e político. A autora fala da abertura de algumas ciências como a história, a antropologia, a sociologia, e a psicologia que a partir da década de 1970 foram incorporando temáticas vinculadas ao feminismo e ao gênero, contudo, a geografia permanecia muito tímida em relação a tal diálogo.

A geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxã e espanhola, precisa estar atenta a essa demanda de movimentos sociais e reconhecer a necessidade e a importância dos estudos feministas como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como o espaço é modificado por esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender os “novos espaços geográficos” (SILVA, 2000, p.9), que são outras formas de se produzir e interpretar a geografia, para além do que é apresentado de forma hegemônica, também entendido enquanto “outras geografias”, “geografias marginais”, “geografias subversivas”, etc.

Com uma interferência muito forte do estruturalismo, a geografia brasileira sempre foi muito sintomática em suas separações, a exemplo da geografia física x a geografia humana; a geografia crítica x a geografia crítica radical, entre outros exemplos (MONK;

HANSON, 2016, p. 33), o que faz com que haja uma maior indiferença à aceitação de questões feministas na produção geográfica. E, nessa linha, tem-se como resultado o que Ornat (2008) aponta: “diferentemente da geografia produzida na língua inglesa, a geografia brasileira tem, via de regra, dado pouca atenção à dimensão espacial destas temáticas” (ORNAT, 2008, p. 310).

Spitalele (2014) observa que:

São as geógrafas as principais responsáveis pelo empenho de dar visibilidade às discussões de gênero na geografia brasileira, liderando a maioria dos grupos de pesquisa, como também se apoderando da responsabilidade de publicizar a análise de gênero na compreensão do espaço. Embora a adoção da perspectiva feminista não deva ser associada à percepção imediata dos corpos que produzem o conhecimento, pois, há homens que veem trabalhando na perspectiva de gênero. A protagonização das mulheres em relação aos estudos de gênero na geografia brasileira também pode ser entendida como uma forma de luta e resistência à sua própria invisibilidade, como produtora e produto do saber (SPITALERE, 2014, p.35).

Ainda conforme Spitalere (2014), há uma grande dificuldade na publicação de produções do tema na geografia brasileira no final da primeira década do século XXI. Embora, já na década de 1970, Ester Rossini incorporava a preocupação com a mulher em suas análises no processo de modernização da agricultura paulista.

Ao fazer uma entrevista com as principais autoras da temática de gênero e geografia no Brasil, Spitalere (2014) diz que diversos problemas foram enunciados, entre eles:

Enfrentar colegas machistas, do sexo masculino e feminino: piadas de mal gosto, censuras em congressos, avaliações infundadas de artigos e de projetos de pesquisa, isto é, a falta de interesse e o não reconhecimento do trabalho geográfico, que na visão de María Franco Garcia são dificuldades de suma relevância. Porém, isso não as impede de trabalhar e de construir um enfrentamento diante dessa realidade, que segundo Susana Veleda é feito através da construção de um trabalho com rigor teórico e metodológico (SPITALERE, 2014, p.48).

Ao fazer uma análise sobre a perspectiva feminista na geografia brasileira entre os anos de 1980 a 2004, Susana Maria Veleda da Silva (2009) indica que neste período menos de 20 trabalhos entre dissertações e teses foram encontrados nos Programas de Pós Graduação em Geografia das Universidades Públicas. A autora ainda aponta que é a partir dos anos 2000 que o crescimento nos estudos com essa temática se amplia, inclusive para além do Sudeste, incluindo demais regiões do país.

Um ponto extremamente preocupante é apresentado pela autora quando a mesma elucida o quanto as ações institucionais não acompanham esse crescimento. Timidamente, eixos e grupos de trabalhos têm surgido em eventos significativos para a geografia brasileira. Tal informação também é encontrada no artigo de Ratts *et al* (2016) ao apontar que desde o ano 2008 já há uma pressão por parte de pesquisadoras e pesquisadores por um espaço de discussões sobre as geografias feministas e das sexualidades no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE).

O espaço para essa discussão se deu por meio da criação do Grupo de Trabalho chamado “Geografia e Diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades”, no ENANPEGE, realizado em Goiânia no ano de 2011. Desde então a luta tem sido por uma visibilidade para os trabalhos e pesquisas que o GT apresenta, indicando que não basta apenas produzir, é necessário escutar o que as vozes de pessoas que tradicionalmente são excluídas e excluídos do direito de produzir ciência estão dizendo.

Silva; Cesar; Pinto (2020) argumentam, ao analisarem o conhecimento geográfico brasileiro e as relações de gênero que o perpassam, que há um privilégio epistêmico na

geografia brasileira, e ele está nas mãos de homens das grandes universidades do sudeste. Deste modo fica evidente o quanto é preciso se atentar à renovação do pensamento geográfico, que de forma alguma deve ser visto como negativo para a ciência, mas sim como uma “nova” forma de reaprender a pensar (GOMES, 2009).

Gomes (2009) faz refletir sobre a finalidade da produção científica e é justamente ao pensar na qualidade política da ciência que outras demandas são apontadas para a geografia. Ao se pensar em seus métodos, suas teorias e ideologias reconhece-se que há múltiplas respostas, e que cabe aos pesquisadores olharem a pluralidade de possibilidades por um fio crítico próprio para reconhecer o que melhor convêm.

Surge um cenário com novos caminhos e pautas de investigação na geografia do fim de século XX (GARCIA-RAMON, 1989). Tal sentimento e ação de renovação também chegam ao Brasil, todavia as linhas de análise que se ampliam na renovação da geografia crítica ainda não têm institucionalização no país.

Fato é que os estudos feministas e, de forma mais ampla, os estudos da diversidade, têm uma importância grande no campo epistemológico da geografia brasileira, ajudando na construção de uma ciência mais humana via renovação de conceitos e caminhos metodológicos comprometidos com uma mudança social.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

O trabalho de Machado (2000) sobre a implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro aponta qual imaginário geográfico era criado pelos “pioneiros entusiastas dos primeiros anos, que procuravam desvendar aos estudantes o que eram Geografia e História nas suas múltiplas relações, projetadas e percebidas na “Paisagem Geográfica”” (MACHADO, 2000, p. 7).

Moraes (2000), ao se expressar sobre os primeiros discursos geográficos, indica que:

Os discursos geográficos - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemes próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão, mas a própria sensibilidade humana (MORAES, 2000, p. 2).

Moraes (2000) apresenta uma contribuição essencial para entender o quanto o discurso é passível de ser introduzido e naturalizado, influenciando toda uma forma de pensar. Para que se possa entender a geografia fluminense, se faz necessário entender o contexto em que surge a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as instituições geográficas nacionais, como: o Conselho Nacional de Geógrafos; a AGB (Associação de Geógrafas e Geógrafos do Brasil); e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O início da criação das Universidades no Brasil se deu de forma um pouco precária, por não passar de uma junção de escolas existentes sem estruturas laborais para o desenvolvimento da ciência, segundo o estudo de Machado (2000). As primeiras tentativas se deram no início do século XX na Amazônia, no Nordeste e no Sudeste, onde a geografia se institucionalizou no Brasil via a Universidade do Distrito Federal em 1935 (incorporada, em 1939, pela Universidade do Brasil e, em 1965, transformada na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), e na Universidade de São Paulo em 1934 (MACHADO, 2000).

A geografia brasileira foi construída com forte influência da escola francesa, com foco nos estudos da paisagem, cujos expoentes foram os franceses Pierre Deffontaines, geógrafo, e Lucien Febvre, historiador (este, apesar de historiador ficou conhecido pelos

seus estudos de história e geografia), e brasileiros como Carlos Delgado de Carvalho e Fernando Antônio Raja Gabaglia, professores pioneiros do ensino e da institucionalização acadêmica da geografia brasileira e fluminense (MACHADO, 2000).

Foi instaurada nessas universidades uma geografia preocupada com a descrição e a diferenciação regional de sua área, com objetivos de centralidade do poder e conhecimento, que o Estado Novo, no período de Getúlio Vargas, demandava para firmar o nacionalismo (MORAES, 1991).

Sendo assim, o trabalho de quem (re)produzia a geografia naquele momento não era o de criação, “mas de apropriação e sistematização de conceitos e teorias em grande parte até então restritos ao uso interno do próprio Estado” (MORAES, 1991, p. 167). Pereira (2000) argumenta sobre as influências na produção universitária e em órgãos administrativos:

A consumação deste fato, seja em sua versão universitária ou através dos órgãos técnico-administrativos criados, pouco ou nada contribuiu para redimensionar o debate geográfico anteriormente existente; ao contrário, agiu muito mais no sentido de sua diluição. Em grande parte, isto se deve à própria estratégia da comunidade de geógrafos nascente. Comodamente instalada em seu espaço institucional, ela pareceu optar por não se expor ao debate acadêmico acerca das questões nacionais, contentando-se em fornecer subsídios técnicos às ações governamentais ou ocupar discretamente seu lugar no ensino escolar. PEREIRA (2000, p. 1).

Para Pereira (2000) os resultados dessa (re)produção de um fazer geográfico clássico e trazido do exterior, mais especificamente da escola francesa, para análise da realidade brasileira, e em especial da fluminense, podem ser vistos de forma hegemônica até o contexto atual.

Moraes (2002), ao falar do caráter transitório da geografia, explica que “se a Geografia está sempre presente, está nomeando distintos temas em cada época. E o conteúdo no qual, ainda estamos inseridos é o conteúdo historicamente específico, ligado à ideia de Geografia Moderna” (MORAES, 2002, p. 152).

Com uma prática longe de se propor a pensar teoricamente, sobretudo no início, a geografia usou, com muita facilidade para se legitimar enquanto ciência, os seus aspectos empíricos ligados principalmente à prática estatal (Moraes, 2002) por meio do IBGE, principalmente. Tanto o IBGE quanto a AGB foram criadas na década de 30, sendo o IBGE no Rio de Janeiro e a AGB em São Paulo.

Com a influência francesa e a necessidade do Estado Novo de se firmar em mentes e corações, Moraes (2002) indica que o IBGE, surgindo da junção do Conselho Nacional de Geógrafos e do Instituto Nacional de Estatística, serviu perfeitamente para se tornar um sistema centralizado de saberes técnico-científicos para dar suporte às ações governamentais, tendo parceria direta com a UFRJ.

Aranha (2014), escrevendo sobre o IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira, apresenta dois papéis distintos sobre os rumos do IBGE no Rio de Janeiro, e da AGB em São Paulo. De forma resumida a autora diz que a AGB e sua influência sobre questões teóricas formavam os professores de Geografia, enquanto o IBGE com seu caráter tecnicista treinava e formava geógrafos especializados (ARANHA, 2014).

Tanto o IBGE quanto a AGB passaram por uma série de confrontos e de disputas epistêmicas para que determinada ideologia pudesse guiar as instituições, conforme Moraes (2002). Hoje, na geografia contemporânea, é inegável o reconhecimento e a importâncias desses dois institutos, contudo, ambos estão buscando se reafirmar, tendo em vista o tensionamento que a geografia passou na década de 1970, quando toda sua base filosófica passou a ser repensada, possibilitando uma renovação da geografia e de seus fundamentos (MORAES, 2002).

De forma breve, foi apresentado o contexto político e cultural em que a geografia brasileira foi fundada. Acredita-se que a história de uma ciência é complexa, quando, ao mesmo tempo, tensões, hegemonias, rupturas e reafirmações estão acontecendo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CONTEÚDO DOS ARTIGOS ENCONTRADOS SOBRE MULHERES EM PERIÓDICOS DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

A metodologia utilizada foi a análise do conteúdo (MORAES, 1999) dos artigos de quatro revistas de pós-graduação do Rio de Janeiro na área de geografia, sendo: a Revista Geographia (UFF); a Revista Espaço Aberto (UFRJ); a Revista Geo UERJ (UERJ); e a Revista Geo Puc (Puc-Rio).

Inicialmente, foi feito um levantamento de 853 artigos publicados pelas quatro revistas durante 12 anos. A busca se deu por termos como “geografia e gênero, gênero, feminismo, geografia feminista, mulher e mulheres”, nos títulos, nas palavras-chave e no resumo. Do total, apenas 15 artigos foram encontrados, todavia, em uma análise mais profunda, buscando o termo “mulher/mulheres” apenas três trabalhos foram encontrados e analisados em conformidade com o objetivo deste artigo.

Em síntese, o que foi observado vai ao encontro das leituras que sustentam o arcabouço teórico deste artigo. Primeiro, em relação à marginalização da inserção de gênero na geografia, sobretudo na geografia brasileira, em se tratando de estudos com temáticas de mulheres ou de feminilidades (SPITALERE, 2014, p.60). Já a segunda observação se refere à não centralidade das temáticas sobre as mulheres nos estudos de gênero, indicando o contrário do que se convém pensar sobre os estudos de gênero serem estudos “das mulheres” ou feito exclusivamente por mulheres, e não necessariamente.

Isso fica nítido quando, entre 853 artigos apenas 15 abordam estudos que perpassem por gênero ou possuem temáticas transversais, e mais nítido ainda quando, entre estes 15 artigos apenas três se referem à preocupação de gênero na produção geográfica relacionada à visibilidade para as mulheres.

Para maior clareza, foi desenvolvido um esquema (figura 1) com base nos três artigos analisados em profundidade e que permitiu constatar como o conceito de gênero, associado à análise sobre mulheres, se insere na geografia fluminense em relação aos seus métodos, teorias e conceitos.

Os três artigos são:

Geo PUC: Paisagem, gênero, mulher e trabalho: Uma tentativa de reflexão, aproximação e observação – Escrito por: Jéssica Santos da Silva, 2016.

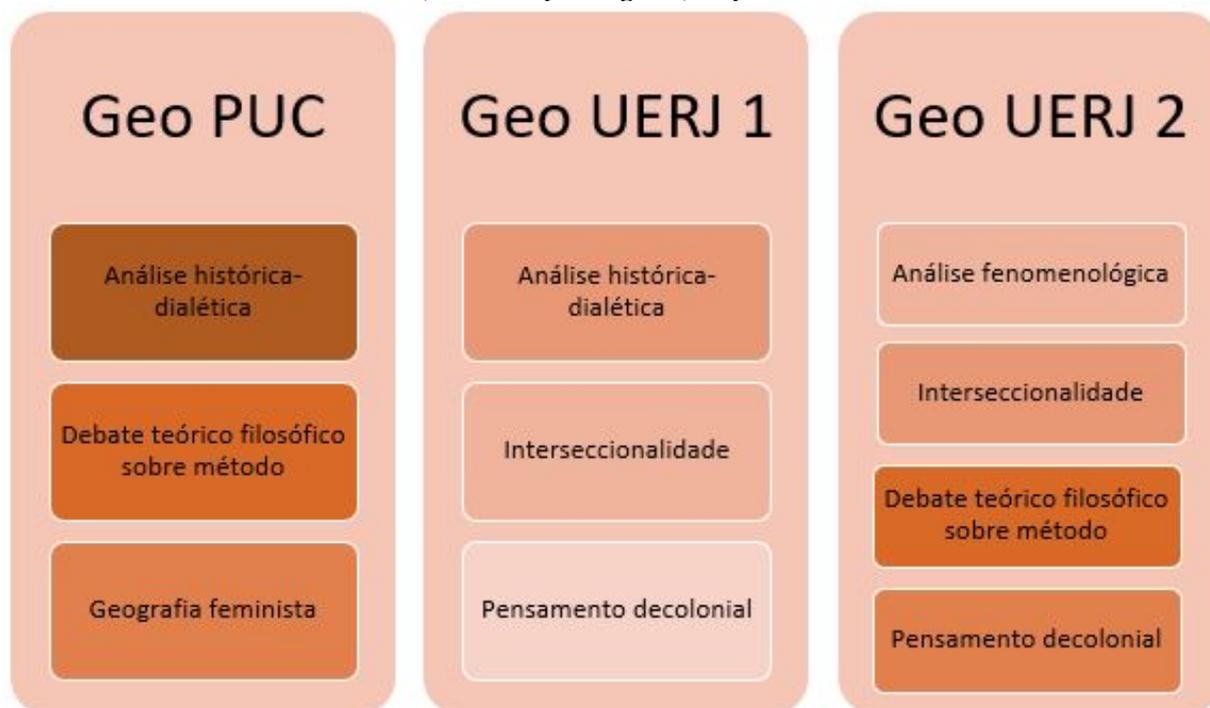
Geo UERJ 1: Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos – Escrito por: Joseli Maria Silva; Alides Baptista Chimin Junior; Almir Nabozny; Marcio Jose Ornat; Rodrigo Rossi, 2009.

Geo UERJ 2: Sujeto y subjetividad: una aproximación desde las representaciones espaciales, - Escrito por: Iliana Araya Ramírez, 2015.

De forma qualitativa, é possível verificar que parte das discussões segue um padrão de análise, em que diversos trabalhos possuem pontos em comum. Isso é visto de forma mais ampla em trabalhos de geografia e gênero nas mais variadas escalas, a nível internacional, nacional e também no recorte selecionado.

Como o diálogo com o conceito de gênero ainda não é aceito de forma hegemônica na geografia, as produções que enveredam por esse caminho teórico precisam se justificar não apenas em relação ao seu objeto de pesquisa, mas inclusive sobre o seu método científico, o que leva grande parte dos trabalhos a discutirem aspectos teórico-conceituais e metodológicos, para aí sim serem reconhecidos e “aceitos” enquanto produção geográfica.

Figura 1: Análise em profundidade dos 3 artigos selecionados nesta pesquisa, de acordo com seus métodos, teorias e paradigmas, respectivamente.



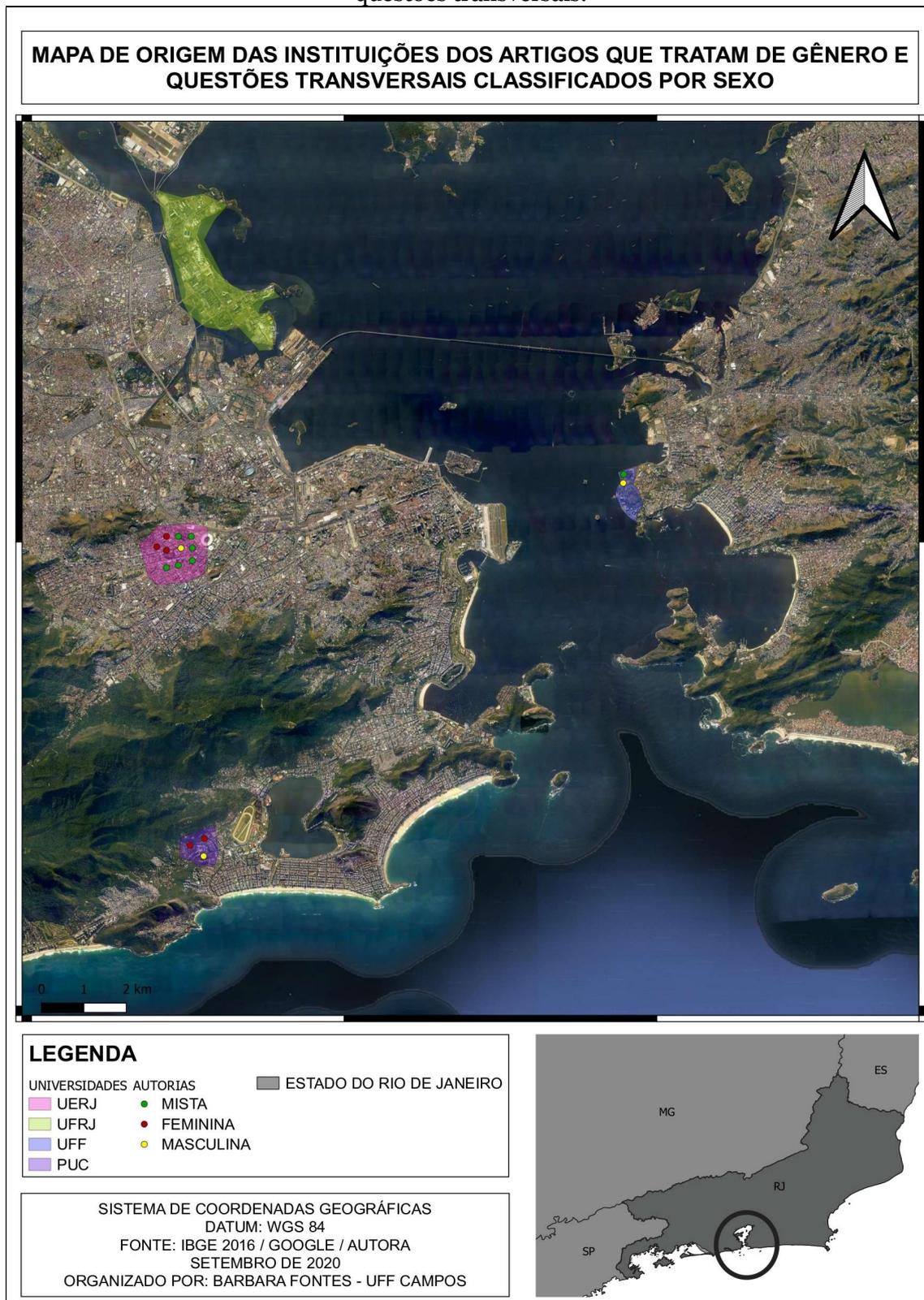
Organizado por: Cíntia Silva, 2019.

O mesmo pode ser observado neste trabalho, o qual busca entender como a inserção de gênero se deu na geografia, necessitando de uma reflexão teórico-conceitual-metodológica para poder analisar os periódicos enquanto objetos, que por sua vez também apresentam um padrão de discussão teórica, conceitual e metodológica, diferente dos trabalhos que possuem teorias hegemonicamente aceitas na geografia, e que podem com mais aceitação desenvolver o método e hipóteses sem precisar de um árduo subsídio teórico, pois já possuem métodos consagrados na geografia.

Como resultado da tese defendida pela teoria apresentada neste trabalho e da antítese representada pelos dados sexistas, a síntese deste artigo indica o crescimento, ainda que paulatinamente, da inserção dos conceitos e análises de gênero associados às epistemologias emergentes na geografia, como os estudos feministas, interseccionais, de pensamento decolonial, os estudos de epistemologia negra, entre outros, que acabam por impor às ciências e, em especial, à ciência geográfica aqui analisada, a reformulação das bases filosóficas que guiam seu desenvolvimento. É possível visualizar através da figura 2 como esse debate está espacializado no Rio de Janeiro, sendo a UERJ a instituição que mais divulga tais reflexões.

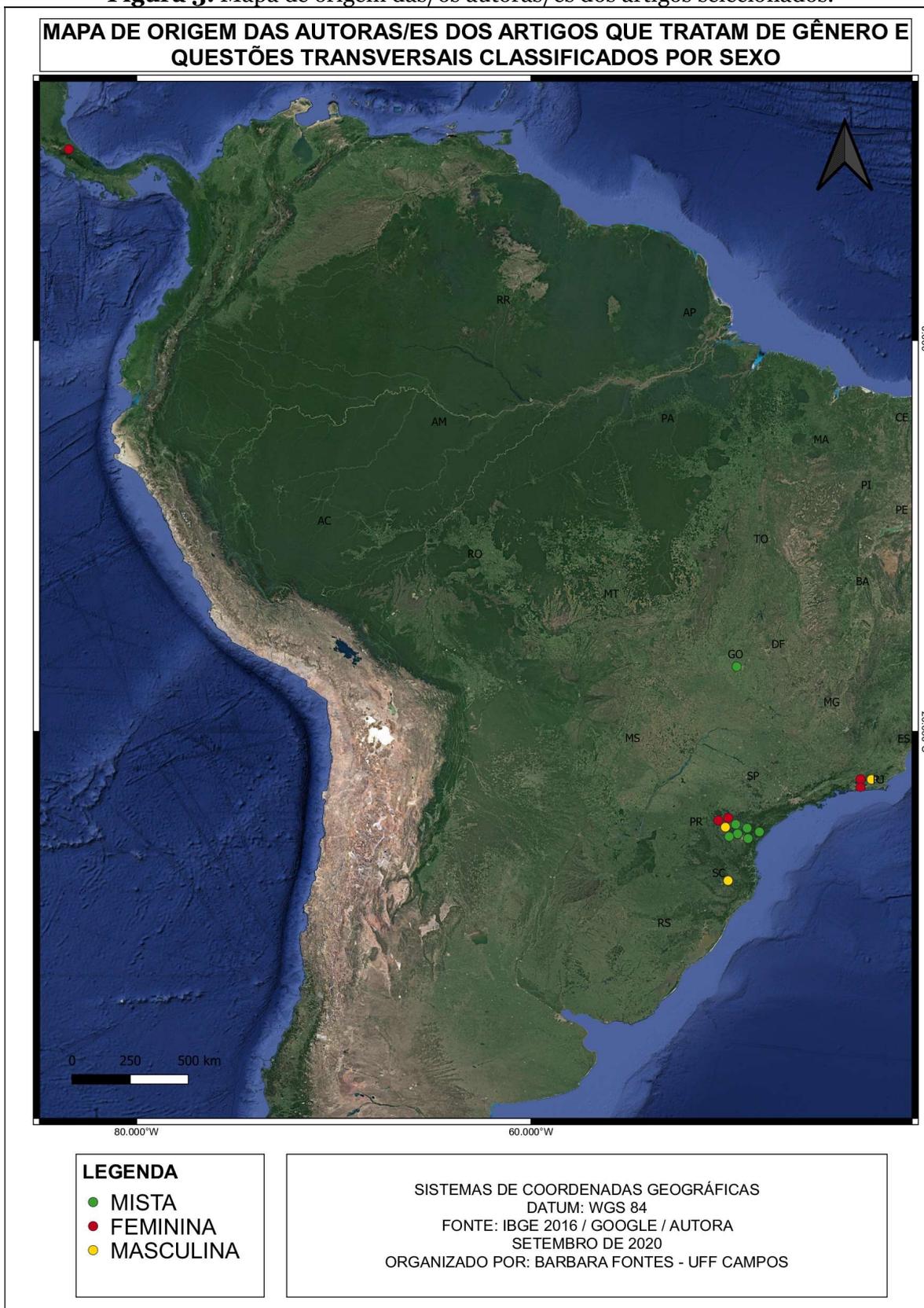
Outro resultado apresentado se refere à origem espacial dessa discussão em território nacional, atentando ao fato de que pouco do que se publica no Rio de Janeiro, em relação à discussão de geografia e gênero, é proveniente do Rio de Janeiro (figura 3). Dos quinze artigos selecionados, apenas três são do estado e dois estão publicados na Geo PUC, enquanto dez são provenientes do Sul (Paraná e Santa Catarina), um de Goiás e outro da Costa Rica.

Figura 2: Mapa de origem das instituições que apresentaram artigos envolvendo gênero e questões transversais.



Organizado por: Bárbara Fontes, 2020.

Figura 3: Mapa de origem das/os autoras/es dos artigos selecionados.



Organizado por: Bárbara Fontes, 2020.

É importante pensar ainda, baseado na figura 3, sobre os critérios de avaliação da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, quais endogenia/exogenia são fatores levados em consideração.

A endogenia é entendida como a prática de recrutamento trabalhista, e neste caso de publicações cujas autoras/es possuem ligação direta com a instituição à qual a revista ou periódico é vinculada. Sendo assim, um número alto de publicações de pares institucionais, e até mesmo regional, influencia em uma baixa classificação do Qualis para a revista, de tal modo que há um incentivo para se buscar publicar fora da sua região de atuação, o que pode interferir nas publicações das revistas selecionadas.

Vale ressaltar que esta concentração no Sul, em especial no Paraná, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, é proveniente do forte e amplo trabalho que o Grupo de Estudos Territoriais – GeTE tem feito para a inserção e divulgação dos estudos de gênero, feministas e das sexualidades, em geografia, não só no país como também na América Latina. É deste grupo a principal revista do país em estudos de gênero na ciência geográfica, a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, fundada em 2010.

Pensar sobre a espacialidade das e dos agentes produtores de conhecimento em temáticas de gênero parte de uma preocupação e observação desenvolvida e sustentada pelo pensamento decolonial que contribui para se pensar o local de fala das pessoas, além de ser relacional a uma discussão sobre relações de poder, sobre privilégio de discursos e narrativas de grandes centros produtores do conhecimento.

A análise do conteúdo possibilitou identificar quais instituições e núcleos de pesquisas encontram-se atentos e dispostos a fazerem de seus trabalhos e pesquisas uma resistência acadêmica. Debate que no Brasil, como observado ao longo deste artigo, vem sendo desenvolvido principalmente no Sul do país, em Universidades consideradas periféricas. Todavia, há de se ressaltar que no Norte e no Centro-Oeste esse debate tem ganhado destaque, apesar de não terem sido encontrados, nas revistas fluminenses, trabalhos oriundos destas localidades.

Como observado nos mapas apresentados neste resultado, há uma nítida concentração, tanto de quem produz esse debate (centralizado no Sul do país), quanto de quem publica e divulga esse debate de gênero na geografia, e, no caso do Rio de Janeiro, a instituição vanguarda dessa resistência epistemológica é a UERJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram discutidos alguns elementos da análise de conteúdo sobre a epistemologia geográfica e sua relação com a inserção de categorias de análises interseccionais, em especial, a discussão de gênero e geografia pautada pela geografia feminista.

A partir de aspectos teóricos e seus fundamentos, procurou-se mostrar a linha de raciocínio utilizada para aceitar e compreender gênero na análise geográfica, demonstrando um conjunto diversificado de objetivos e teorias que esta metodologia de análise possibilita.

O resultado empírico interpretado à luz do aporte teórico é mais uma simbologia materializada de como a questão das mulheres é de difícil divulgação e acesso, não bastando apenas a produção de tais temáticas e sim a sua publicação para conhecimento amplo.

Já era esperado que poucos trabalhos fossem encontrados, sobretudo por se tratar de um recorte estadual, todavia, encontrar apenas três artigos entre uma grandeza de publicações traz uma inquietação e uma provocação da necessidade de se aprofundar nos estudos do campo da teoria e método na geografia feminista.

Apenas três trabalhos foram encontrados que dessem uma prioridade à discussão da mulher, que em uma sociedade patriarcal sofre desigualdades ao ocupar espaços diferentes daqueles que socialmente são destinados a si, a exemplo das mulheres produtoras de conhecimento geográfico.

Ao concluir este trabalho espera-se que tenham sido reunidos argumentos que mostrem que a análise de gênero não se constitui como uma simples técnica, mas que pode ser considerada como uma metodologia variada e em permanente revisão teórica e de caráter interdisciplinar.

Neste sentido, entende-se que a análise de gênero associada à geografia possibilita o atendimento de inúmeras influências “subjetivas” que são materializadas no consumo e na produção do espaço, o que leva à necessidade de se ampliar esse debate até que o gênero possa ser “bem visto” enquanto análise qualitativa e quantitativa na geografia, representando um grande campo do conhecimento a ser estudado e divulgado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pela bolsa de iniciação científica concedida junto ao Edital IC/UFF 2019. Também queremos agradecer a leitura atenta e profícua da Professora Doutora Larissa Araújo Coutinho de Paula.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasillis**. n.3, p. 1 – 19, 2014.

GARCÍA-RAMON, María Dolors. Análisis de género y la geografía: reflexiones en torno a un libro reciente. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, n. 6, p. 133-143, 1985.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. Nuevos enfoques y temáticas en la Geografía internacional de finales de siglo: una introducción. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 9, p. 5-10, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um Lugar para a Geografia. Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LÖWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e Tempo: Complexidades e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 13 – 30.

IBARRA-GARCÍA, Maria Verónica; ESCAMILLA-HERRERA, Irma. **Geografías feministas de diversas latitudes. Orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.

JUVÊNCIO, Fabiana. **A sociedade, a visão androcêntrica do preconceito desfavorável contra o feminino**. Divulga Editor. 2013. Disponível em: <<https://www.divulgaescritor.com/products/a-preconceito-desfavoravel-contra-o-feminino-por-fabiana-juvencio/>>. Acesso em: 22.06.2019.

KARNSTEN, Lia; MEERTENS, Donny. La Geografía del Género: sobre Visibilidad, Identidad y Relaciones de Poder. **Documents D’Anàlisi Geogràfica**: Barcelona, 19-20, p. 181- 193, 1991-1992.

LOUZADA, Bárbara Eulálio. **Por uma geografia feminista: olhares sobre gênero, paisagem e graffiti**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2016, 47 f.

MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n. 69, v.5, p. 123 - 140, 2000.

MONK, Janice; GARCÍA-RAMON, Dolores. Geografia feminista. Una perspectiva internacional. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. n. 10, p. 147-157, 1987.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Temas de geografias feministas contemporânea. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. n. 14, p. 31-50, 1989.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Maria Joseli; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Batista Chimin. (Orgs.). **Geografias Feministas e das Sexualidades**: encontros e diferença. Paraná: Toda Palavra Editora, 2016. p. 31 – 48.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**. v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. **Terra Brasilis**. v. 1, n. 2, p.127-135, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. História do Pensamento geográfico no Brasil: indicações. **Geografares**, n. 3, p, 151 – 158, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ORNAT, Márcio José. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**. Ponta Grossa, v.2, n.2, p. 309-322, 2008.

PELLUCIO, Gabrielle. **Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser**: perspectiva de gênero na geografia. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2025/1/3372_grabriele_pellucio_2008.pdf>. Acesso em: 07/03/2019.

PEREIRA, Sérgio Nunes. Histórias do pensamento geográfico: instituições, institucionalização e produção do conhecimento. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**. Anais... Florianópolis: UFSC, 2000. n.2, p. 1 - 4.

PEROZIM, Livia. Masculino e Feminino: plural. **Revista Educação**. São Paulo, v.10, n. 109. Maio/2006.

RATTS, Alex *et al.* Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 229-244, 2016.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Revista Projeto História**, n. 45, p. 327 – 351, 2012.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; FILHO, Emilson Peracetta; ROSSI, Rodrigo. Geografia e Gênero o Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Revista eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n.2, 38-62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências

epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: Dilemas estruturais à Covid-19**. Editora UNIFAL – MG, p. 14 - 29, 2020.

SILVA, Susana Veleda da. Geografia e gênero/ Geografia feminista, o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Universidade de Santa Cruz, n. 23, p. 105-111, 1998.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262, p. 1-13, 2000.

SILVA, Susana Maria Veleda da. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Toda palavra Editora, p. 301 – 313, 2009.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica brasileira** – Trabalho de conclusão de curso, Rio Claro, 2014. 72 f.

Recebido em: 18/08/2020.

Aprovado para publicação em: 31/05/2021.